



ISCTE – ESCOLA DE GESTÃO

RUI ALPALHÃO

A mulher de César

➔ O ano aproxima-se do fim sem que se note, na imprensa económica, qualquer sintoma dos ritmos mais lentos geralmente associados às épocas festivas como a que se avizinha. Para o ritmo intenso, e sem desaceleração aparente, a que a imprensa debita novidades muito tem contribuído a situação vivida no Millennium bcp. A omnipresença de notícias sobre o Millennium tem tido, pelo menos, dois efeitos: primeiro, mantém os leitores informados sobre a situação de um banco de inquestionável importância na economia portuguesa; e segundo, sendo que neste caso *the last is the least*, permite perceber a perspectiva da nossa imprensa económica sobre alguns aspectos de natureza mais geral, e que as notícias sobre o Millennium ilustram bem.

Sem preocupações de exaustividade, vejamos dois destes aspectos, e comecemos pelo acesso à informação financeira das organizações. Uma das últimas edições do “Expresso” trazia à primeira página do seu justamente reputado caderno de Economia a notícia de que o regulador dos mercados de capitais portugueses, a Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários (CMVM) havia requerido a José Manuel Berardo (perdoar-me-ão a não utilização do *nickname* “Joe”, mas não sou favorável à adulteração do nome de ninguém, e acho tão [i]legítimo chamar Joe a um José Manuel como CVM à CMVM) a entrega, presume-se que para análise, das contas da Fundação Berardo, veículo habitual para as operações de bolsa do seu instituidor. Mais noticiava o “Expresso” que o presidente da Comissão Executiva, Fernando Ulrich, havia comentado ter tentado aceder a tais contas sem sucesso, e sugerido a Berardo a respectiva divulgação pública, aventando que tal aumentaria a “credibilidade” de Berardo. Ora não se vê como, nem porquê. De facto, um banco com o capital disperso pelo público como o BPI tem necessariamente de divulgar as suas contas por um universo coincidente com o dos seus investidores, ou seja, o público em geral. Tem cumprido, aliás, tal tarefa com um brilhantismo justamente assinalado, ao longo dos anos, por vários prémios da imprensa especializada. Os seus gestores administram dinheiro de terceiros, e como tal prestam contas a terceiros. À mulher de César não basta ser séria, é preciso (também) parecê-lo. Não é este o caso da Fundação Berardo, que o seu instituidor dotou de meios para prosseguir os fins que lhe estão destinados, sem recurso a investimentos recolhidos junto do público. Quem quiser sê-lo, e pagar o montante necessário, pode ser accionista do BPI; mas não pode aceder ao capital da Fundação Berardo. Assim sendo, não se vislumbra porque razão esta deveria divulgar as suas

À mulher de César não basta ser séria, é preciso (também) parecê-lo. Não é este o caso da Fundação Berardo, que o seu instituidor dotou de meios para prosseguir os fins que lhe estão destinados, sem recurso a investimentos recolhidos junto do público. Quem quiser sê-lo, e pagar o montante necessário, pode ser accionista do BPI; mas não pode aceder ao capital da Fundação Berardo.

contas pelo público, perante o qual a respectiva administração não tem responsabilidades fiduciárias. Ao contrário da mulher de César, fica-lhe bem ser séria, mas não tem obrigação de parecê-lo. Questão diferente é o acesso à informação do regulador do mercado, certamente para cumprimento das suas funções de vigilância e defesa do mercado, e não para satisfação da curiosidade alheia.

Um segundo aspecto interessante é a independência, ou não, dos interesses dos bancos e dos respectivos fundos de pensões. Como o nome indicia, os fundos de pensões são patrimónios autónomos dos bancos. Estes são dos accionistas, aqueles dos pensionistas. Reconhece-se a não estanquicidade dos dois patrimónios, dada a natureza de fundos de rendimento definido dos fundos de pensões dos bancos: se a sua rentabilidade for insuficiente para assegurar os com-

promissos com os pensionistas, os patrimónios dos bancos são chamados a cobrir a diferença. Ainda assim, o dinheiro dos bancos e dos seus fundos de pensões não são farinha do mesmo saco. Ninguém diria tal, no entanto, a partir da leitura da imprensa económica. Por exemplo, a mesma edição do “Expresso” que noticiava a interpelação da CMVM à Fundação Berardo informava ainda, sempre a propósito do inesgotável tema Millennium bcp, que a saída do Grupo Mello do capital do Millennium havia coincido com a saída do fundo de pensões do Millennium do capital da Brisa, sociedade de que o Grupo Mello é o maior accionista, materializada na venda da participação de 10% do fundo de pensões ao Grupo Mello (que subsequentemente seria vendida aos australianos da Babcock & Brown). Informava também que Manuel Fino, detentor de 2% do Millennium, se oporia à manutenção de Filipe Pinhal ao

leme do banco por preferir a sua substituição por alguém que lhe “assegurasse” (sic.) os 10% do fundo de pensões do Millennium na Cimpor, preciosos se adicionados aos 20% detidos na cimenteira por Manuel Fino para fazer face às pretensões presumivelmente hegemónicas dos franceses da Lafarge.

Equiparar a informação prestada por sociedades abertas e veículos fechados ao investimento do público e tratar participações de bancos e seus fundos de pensões como se se tratasse de uma mesma realidade tende a criar nos leitores a ideia, errada e prejudicial, de que se trata de fenómenos indistintos. Talvez o novo ano traga, a par de notícias interessantes, mais rigor.